Direito Constitucional II

Época Normal – 5/6/2025

I

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) aprovou um projeto de alteração ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), determinando o seguinte:

- Alteração A: “A supletividade do Direito do Estado só ocorre no âmbito das matérias legislativas integrantes da competência reservada aos órgãos de soberania”;
- Alteração B: “A violação dos direitos de uma região autónoma constitui fundamento de fiscalização preventiva da legalidade de diplomas legislativos dos órgãos de soberania”.

- 1) Aprecie a validade de cada uma destas propostas de alteração (4 vals.)
- 2) Qual a tramitação a que se encontra sujeito o processo legislativo das referidas propostas de alteração do EPARAA? (3 vals.)
- 3) Imagine que tais propostas se converterem em lei, publicada no *Diário da República*.

Pergunta-se:

- 3.1. Será que essa lei pode, à luz do princípio do carácter unitário do Estado, ser aplicada na Região Autónoma da Madeira? (3 vals.)
- 3.2. Poderá a validade dessa lei ainda ser objeto de fiscalização da constitucionalidade? (3 vals.)
- 3.3. Se a Assembleia da República decidir, por iniciativa de um grupo de deputados, revogar essa lei, será que o ato padece de inconstitucionalidade formal? (2 vals.)

II

Comente:

“A existência de leis ilegais não é uma realidade homogénea e isso projeta-se no respetivo sistema de controlo pelo Tribunal Constitucional” (5 vals.)

5 de junho de 2025, às 9.00h.

Duração: 90 minutos

Direito Constitucional II

I

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) aprovou um projeto de alteração ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), determinando o seguinte:

- Alteração A: “A supletividade do Direito do Estado só ocorre no âmbito das matérias legislativas integrantes da competência reservada aos órgãos de soberania”;
- Alteração B: “A violação dos direitos de uma região autónoma constitui fundamento de fiscalização preventiva da legalidade de diplomas legislativos dos órgãos de soberania”.

1) Aprecie a validade de cada uma destas propostas de alteração (4 vals.)

- *A subordinação dos EPARAA à Constituição: os EPARAA não são uma Constituição;*
- *No respeitante à “Alteração A”: demonstração de conhecimentos sobre o que é a supletividade do Direito do Estado;*
- *Idem: artigo 228º, nº 2, a amplitude do princípio da supletividade;*
- *Idem: a inconstitucionalidade da solução limitativa à competência reservada dos órgãos de soberania;*
- *No referente à “Alteração B”: limitação da fiscalização preventiva de atos legislativos a situações de inconstitucionalidade;*
- *Idem: a proibição de alargamento do modelo constitucional, por via de lei ordinária – os EPARAA são uma lei ordinária (ainda que reforçada);*
- (...).

2) Qual a tramitação a que se encontra sujeito o processo legislativo das referidas propostas de alteração do EPARAA? (3 vals.)

- *O regime constante do artigo 226º: identificação das diferentes fases do processo legislativo entre a região autónoma e a Assembleia da República;*
- *O processo legislativo se o projeto for aprovado pela Assembleia da República: intervenção do Presidente da República (promulgação/ veto político / fiscalização preventiva – análise de diferentes hipóteses); referenda ministerial e publicação;*
- (...).

3) Imagine que tais propostas se converterem em lei, publicada no *Diário da República*.

Pergunta-se:

3.1. Será que essa lei pode, à luz do princípio do carácter unitário do Estado, ser aplicada na Região Autónoma da Madeira? (3 vals.)

— *Princípio geral: Estado unitário e leis gerais para todo o território nacional;*

— *Exceção: a autonomia regional e o seu estatuto como lei específica de cada região autónoma;*

— *Proibição de aplicação na Região Autónoma da Madeira;*

— *Excurso: o problema do princípio da igualdade ou da diferenciação entre as regiões autónomas – regiões homogéneas ou heterogéneas?*

— (...).

3.2. Poderá a validade dessa lei ainda ser objeto de fiscalização da constitucionalidade? (3 vals.)

— *A fiscalização difusa da constitucionalidade – tribunais do Estado e tribunais arbitrais;*

— *A fiscalização sucessiva concreta junto do Tribunal Constitucional;*

— *A fiscalização sucessiva abstrata junto do Tribunal Constitucional;*

— (...).

3.3. Se a Assembleia da República decidir, por iniciativa de um grupo de deputados, revogar essa lei, será que o ato padece de inconstitucionalidade formal? (2 vals.)

— *A reserva de iniciativa legislativa a favor das assembleias legislativas das regiões autónomas (artigo 226º, nº 1);*

— *O princípio do autocontrolo da constitucionalidade (PO, II, pp. 69 ss.);*

— *A ponderação entre os dois princípios – valorização da opinião pessoal do aluno;*

— (...).

II

Comente:

“A existência de leis ilegais não é uma realidade homogénea e isso projeta-se no respetivo sistema de controlo pelo Tribunal Constitucional” (5 vals.)

— *Leis ilegais e o tema das leis com valor reforçado;*

— *Idem: tipos de leis reforçadas – serão uma realidade heterogénea? Justificação;*

- *Os casos identificados nos artigos 280º, nº 2, e 281º, nº 1, alíneas b), c) e d): regime de fiscalização da legalidade equiparado ao regime da inconstitucionalidade;*
- *Idem: efeitos daí resultantes em sede de fiscalização difusa e do artigo 282º;*
- *Os restantes casos de leis ilegais – regime de controlo judicial;*
- *(...).*

5 de junho de 2025, às 9.00h.

Duração: 90 minutos